## **Boletim do**

## Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp



27 de Junho 031/2019

**GESTÃO** 2017 - 2020

### **INDIGNAÇÃO**

# Reitor defende Universidade, mas não valoriza o trabalhador: que contradição!



Greve em defesa dos salários e da Universidade Pública organizou a MACARRÃOnada do Rei

Ontem teve manifestação em defesa da Universidade Pública, da Autonomia Universitária e dos nossos salários. Nossa "MACARRÃOnada DO REI" reuniu os trabalhadores indignados com o rebaixamento dos salários. E hoje não será diferente!

Vamos nos concentrar às 9h, em frente à reitoria, para cobrar resposta para nossa pauta específica.

Até agora a única resposta foi o índice de 2,2% seguida de várias desculpas sobre "o problema da crise financeira".

Pra ter uma ideia do nosso prejuízo, o STU fez um breve levantamento sobre o pagamento de reajuste salarial aos servidores municipais da região. Descobrimos que a Prefeitura Municipal de Campinas pagou ao funcionários públicos 4,4% nos salários e 6% no vale refeição, São Carlos pagou 4%, em Jundiaí, São Bernardo do Campo e São José dos Campos o índice foi de 5% e a Prefeitura de Itupeva ofereceu 4,94%.

A inflação do período medida pelo Dieese foi de 4,57% e pela Fipe foi 4,99%.

A maioria das prefeituras também alega crise financeira gravíssima e ainda assim conseguiram pagar acima da inflação. Como na Unicamp, que tem dinheiro em caixa, o reajuste não repõe nem a metade da inflação do período?

Não dá pra aceitar essa incoerência calado, né!

Vem pra frente da reitoria protestar e mostrar sua indignação!

### Reitoria agenda nova negociação

Ontem a reitoria propôs nova negociação, será amanhã, 14h30. A expectativa é que os gestores apresentem alguma contraproposta para as nossas reivindicações econômicas.

A única forma de arrancar conquistas é pressionar o reitor, principalmente quando os números apontam que há dinheiro no caixa da Universidade. Então vamos novamente pra porta da reitoria fazer muito barulho pelos nossos salários.

Dizer que valoriza a nossa força de trabalho e não pagar um salário que dê pra arcar com nosso orçamento doméstico é no mínimo desumano. Não podemos aceitar!

#### Assembleia Geral mudou de data

Conforme combinado no Comando de Greve, desta segunda-feira (24), a data da Assembleia Geral dependeria do agendamento da próxima negociação.

Como a negociação com a reitoria ficou para amanhã, às 14h30, a diretoria do STU propõe que nossa assembleia seja semana que vem.

Vamos avaliar o resultado da negociação, a mobilização nas unidades e discutir os próximos passos da nossa luta.

### De olho na CPI das Universidades

Ontem aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o depoimento do reitor Knobel aos deputados da CPI das Universidades.

A oitiva focou no orçamento universitário e no modelo de gestão atual, nas aberturas de concursos públicos, nas ações da Funcamp, nos impactos da expansão universitária, no programa de diversidade e de cotas etnicorraciais, na questão do teto salarial, no montante de serviços prestados pela Unicamp por meio dos hospitais, em possíveis irregularidades nas finanças da instituição, entre outros assuntos.

Ficou claro que a intenção da CPI foi atacar a Universidade Pública e sua autonomia, ao invés de avançar nas discussões sobre o fim dos privilégios dentro da instituição.

Reafirmamos que a discussão sobre a transparência pública não pode ser motivo para promover o desmonte do Serviço Público, muito menos rebaixar o valor da instituição que tem papel importante no desenvolvimento do país.

BOLETIM DO 25 de junho de 2019

# FORUM das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

### CPI das Universidades: Desconhecimento e alternativas privatizantes marcaram questionamentos aos reitores da Unesp e da USP

A CPI das Universidades, instituída há cerca de dois meses na Assembleia Legislativa de São Paulo, realizou as oitivas dos reitores da Unesp, Sandro Valentini, e da USP, Vahan Agopyan, respectivamente nos dias 19/6 e 24/6.

Ambos fizeram uma exposição sobre os principais aspectos históricos, estruturas acadêmica e física atuais das instituições, com destaque para a pesquisa desenvolvida. O reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, tem oitiva marcada para 26/6.

### Mesmo script

Nos depoimentos de Valentini e Agopyan, os questionamentos dos deputados foram muito parecidos. O presidente da CPI, Wellington Moura (PRB), e a vice-presidente, Carla Morando (PSDB), perguntaram repetidas vezes sobre pagamento de diárias e vencimentos acima do teto salarial. As respostas dos reitores foram similares. Sobre as diárias, justificaram-nas pela necessidade de subsidiar deslocamentos entre os *campi* e reitoria, resultantes do espalhamento geográfico das duas universidades. Sobre os pagamentos acima do teto, alegaram estar agindo dentro da legislação e à espera de decisões definitivas no âmbito do TCE.

O deputado Arthur do Val (DEM) quis saber dos reitores se compactuavam com "greves estudantis", com alunos impedindo professores de darem aulas e fazendo "baderna". Valentini e Agopyan responderam de modo semelhante, afirmando que as universidades são espaços de debates e posições diferentes, mas que não admitem violência nem cerceamento do direito de outros.

### Desconhecimento

Nas oitivas dos reitores, ficou evidente o desconhecimento da maioria dos deputados sobre o que é uma universidade pública e seu papel na sociedade. Moura, por exemplo, perguntou ao reitor da Unesp onde eram publicadas as pesquisas feitas na Universidade, pois gostaria de acompanhá-las. Valentini explicou que não é possível publicá-las em jornais e revistas da grande imprensa, como se fossem matérias jornalísticas, mas sim em publicações científicas.

A deputada Valéria Bolsonaro (PSL) questionou o reitor da USP se não era possível controlar o conteúdo das pesquisas e limitar o acesso a bolsas. "Acho que já vi umas 300 mil pesquisas sobre direito ao aborto", justificou. Agopyan procurou demonstrar como funcionam os grupos de pesquisa, as fontes de fomento e os critérios de distribuição de bolsas.

### Emenda para o HU

O deputado Carlos Giannazi, que não é membro da CPI, acompanhou o depoimento do reitor da USP. Ele fez alguns questionamentos, entre eles o destino da verba de R\$ 40 milhões, aprovada pela Alesp para o HU da USP e, até o momento, não recebida pela Universidade. Agopyan informou que os imbróglios para o repasse estavam sendo sanados e que a verba deve chegar à USP "nos próximos dias". Segundo ele, será usada metade para custeio e metade para recursos humanos.

"Serão feitas contratações por concurso público?", perguntou o deputado. O reitor respondeu que não, pois não sabe se poderá contar com verbas semelhantes nos anos seguintes.

### Tipos de financiamento e projetos para a Universidade

O deputado Daniel José (Novo) quis saber se as reitorias têm interesse em buscar fontes de financiamento privado. Valentini e Agopyan disseram-se abertos à busca de capital privado, citando exemplo de convênios e parcerias.

Assim como o colega Arthur do Val, Daniel José também apresentou a cobrança de mensalidades como alternativa a ser con-



siderada. "A Constituição não permite", disse Valentini, lembrando que, mesmo se isso fosse possível, não seria viável na Unesp, por conta da elevada presença de estudantes de baixa renda. "A cobrança não é uma questão ideológica", frisou Agopyan, citando exemplos de países capitalistas, como a Alemanha, em que as mensalidades têm valores simbólicos. "Mesmo em universidades que cobram valores altos, o montante arrecadado está muito longe de suprir seus custos."

Sobre a fragmentação da universidade com parte dedicada a cursos de graduação e outra prioritariamente à pesquisa científica, defendida por Daniel José, os reitores não se manifestaram com clareza, deixando no ar sua concordância com um modelo que rompe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tripé essencial para as universidades estaduais paulistas e pressuposto para a manutenção dos níveis de excelência que alcançaram até hoje.

Quando questionados mais diretamente pelos deputados sobre as medidas adotadas para superar a falta de recursos, os reitores citaram o congelamento das contratações e das carreiras, os programas de demissão voluntária (caso da USP), a redução do comprometimento com folhas de pagamento, entre outras.

Ao tocarem nas dificuldades orçamentárias, Valentini e Agopyan enfatizaram a crise econômica, com a consequente queda na arrecadação do ICMS, como fator determinante, mas também citaram a inclusão social, com o expressivo crescimento do total de alunos oriundos na escola pública, o que demanda mais recursos para permanência estudantil. Valentini chamou a atenção para a insuficiência financeira, lembrando que cabe às universidades arcarem com a diferença resultante entre o que arrecadam com contribuições previdenciárias e o que efetivamente pagam aos inativos autárquicos. "A lei 1.010/2007 diz que a insuficiência deve ser arcada pelo estado, mas o governo afirma que as universidades são parte do estado", resumiu. Agopyan não entrou neste ponto.

O reitor da Unesp citou em detalhes os processos de expansão e a ausência de recursos permanentes para garanti-la.

Nenhum dos reitores abordou as manobras na base de cálculo do ICMS – o governo retira vários itens antes de fazer o repasse às universidades – como fator de prejuízo para Unesp, USP e Unicamp. Também não cogitaram em nenhum momento a necessidade de aumento do percentual de repasse do ICMS, especialmente por conta da expansão das últimas duas décadas,

### Requerimentos aprovados

Na sessão do dia 19/6, foi aprovado requerimento da deputada Bebel (PT), determinando que a Unesp, a Unicamp e a USP informem se o governo do estado de SP está cobrindo os valores da insuficiência financeira, como reza a lei 1.010/2007, que criou a SP-Prev. Em sessão anterior, Bebel também havia aprovado requerimento em que pede a presença de representantes da Secretaria de Estado da Fazenda, para explicar as manobras na base de cálculo do ICMS.

Na sessão de 24/6, foi aprovado requerimento, da mesma deputada, solicitando informações sobre os contratos firmados com terceiros para subsidiar o projeto "USP do Futuro".